



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

Processo nº: **213918/24**
Entidade: **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO**
Interessado: **CLOVIS MATEUS CUCOLOTTO**
Assunto: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**
Instrução nº: **6102/24 - CGM**

1. RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas do prefeito municipal de SÃO JOÃO referente ao exercício de 2023.

Nos termos da Instrução n.º 3159/24 - CGM (peça 7) esta unidade opinou pela **regularidade** da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2023.

Também foi destacada a incidência do Vetor 1 do Anexo II da Instrução Normativa nº 172/22 na parte destinada à avaliação da atuação governamental, na área de Transparência e Relacionamento com o Cidadão, conforme Tabela 32 daquela Instrução.

Por meio do Despacho n.º 1118/24 – GCMRMS (peça 8) foi assinalado foi assinalado prazo para apresentação de defesa por parte do interessado, sendo esta juntada à peça 15.

É o breve relato.

2. ANÁLISE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

Em seu contraditório, alega o interessado o seguinte, em relação à avaliação da área de transparência (foram destacadas em *itálico* as alegações efetuadas, com o comentário desta unidade em seguida):

Item de verificação:

IV 01. Regulamentação da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Questão 64165: O Ato normativo local que regulamenta a Lei de Acesso à Informação prevê a possibilidade de apresentação de recurso, com direcionamento para autoridade com grau de hierarquia superior ao responsável pela elaboração da resposta inicial e fixa o prazo máximo de 5 (cinco) dias para resposta ao recurso?

Resposta Correta: SIM, conforme art. 21, Decreto 2.774/2021.

Efetivamente o referido artigo prevê o item objeto da questão¹, razão pela qual entende-se que ela poderia ser considerada como atendida.

Item de verificação: IV 06. Controles de qualidade do SIC.

Questão 64248: O Município produz relatórios anuais com informações estatísticas sobre a quantidade de pedidos mensais de acesso à informação respondidos por unidades administrativas/órgãos/setores/cargos ou pessoas, publicando o relatório consolidado anual relativo ao ano anterior no site institucional?

Resposta Correta: SIM, conforme link: <https://saojoao.1doc.com.br/b.php?pg=o/transparencia&s=saojoao>.

Questão 6249: O Município produz relatórios anuais com informações estatísticas sobre as providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas, publicando o relatório consolidado anual relativo ao ano anterior no site institucional?

Resposta Correta: SIM, conforme link: <https://saojoao.1doc.com.br/b.php?pg=o/transparencia&s=saojoao>.

Item de verificação: IV 07. Estrutura tecnológica para concessão de AI.

Questão 64174: O Município dispõe de estrutura de tecnologia que possibilite o controle de identidade/acesso aos sistemas da Prefeitura, a fim de garantir a segurança das informações?

¹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/s/sao-joao/decreto/2021/278/2774/decreto-n-2774-2021-regulamenta-o-acesso-a-informacao-publica-lei-n-12527-de-18-de-novembro-de-2011-no-ambito-do-poder-executivo-municipal-de-sao-joao-criando-normas-e-procedimentos-e-da-outras-providencias>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

Resposta Correta: SIM, conforme link:
<https://saojoao.1doc.com.br/b.php?pg=o/login&n=3>

Item de verificação: IV 09. Estrutura tecnológica para as inform. em dados abertos.

Questão 64191: Os dados abertos divulgados pelo Município estão em formato bruto, sem qualquer tipo de filtro ou ocultamento de campos, excetuado informações sigilosas, conforme a lei?

Resposta Correta: SIM, conforme link:
<https://saojoaopr.equiplano.com.br:7048/transparencia/>

Em relação a tais itens, que dizem respeito à estrutura tecnológica e à disponibilização online de dados e relatórios, esta unidade não pode aferir neste momento se no exercício de 2023 tais funcionalidades já estavam disponíveis, especialmente considerando a resposta negativa registrada, razão pela qual opina pela impossibilidade de alteração da resposta neste momento.

Item de verificação: IV 16. Consultas públicas para atuação do controle social.

Questão 64220: São realizadas consultas públicas, em canal de ampla divulgação, com solicitação de manifestações de cidadãos e entidades da sociedade civil sobre determinados assuntos?

Resposta Correta: NÃO. Não houve demanda para que fosse feita consulta pública.

Questão 64225: As manifestações às consultas públicas podem ser respondidas eletronicamente (formulário no site ou e-mail)?

Resposta Correta: NÃO. Não houve demanda para que fosse feita consulta pública.

Questão 64227: É dada publicidade às manifestações dos participantes da consulta pública em site institucional?

Resposta Correta: NÃO. Não houve demanda para que fosse feita consulta pública.

Em relação a estes itens a resposta registrada já foi negativa, não havendo a previsão de “não se aplica” para tais questões.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

Assim, caso autorizada a mudança na resposta extemporaneamente neste momento, a pontuação obtida nessa área passaria para (considerando como atendida a questão referente ao IV 01. Regulamentação da Lei de Acesso à Informação, acima abordada²):

SÃO JOÃO

[Transparência e Relacionamento](#)

Resultados oficiais:

Área	Pontuação em 2022	Pontuação em 2023	Variação	Vetor
Transparência e Relacionamento	4,67	4,33	-7,28%	1

Resultados após ajustes:

Área	Pontuação em 2022	Pontuação em 2023 ajustada	Variação ajustada	Vetor ajustado
Transparência e Relacionamento	4,67	4,55	-2,60%	Não aplicável

Ou seja, caso autorizada a alteração da resposta neste momento, não mais haveria a incidência do vetor 1.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, em sendo acatada a alteração na resposta nesse momento, não mais haveria a incidência do vetor 1 na área de Transparência e de Relacionamento com o Cidadão.

² Questão 64165: O Ato normativo local que regulamenta a Lei de Acesso à Informação prevê a possibilidade de apresentação de recurso, com direcionamento para autoridade com grau de hierarquia superior ao responsável pela elaboração da resposta inicial e fixa o prazo máximo de 5 (cinco) dias para resposta ao recurso?



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

Considerando uma eventual nova pontuação obtida na referida área, solicita esta unidade técnica que, após a emissão do Parecer Prévio, os autos retornem à CGM para registro em sistema.

Encaminhem-se os autos ao Conselheiro Relator, nos termos do art. 26, §4º da IN nº 172/2022³.

CGM, 4 de dezembro de 2024.

Ato emitido por
Documento assinado digitalmente
VALDIR FALCÃO DE CARVALHO NUNES
Auditor de Controle Externo
Matrícula n.º 52.176-0

Ato revisado por
Documento assinado digitalmente
EDUARDO SCHNORR
Gerente
Matrícula n.º 51.701-1

Ato encaminhado por
Documento assinado digitalmente
LEVI RODRIGUES VAZ
Coordenador
Matrícula 51.620-1

³ Art. 26. (...)

§ 4º Após a manifestação referida no § 3º deste artigo os autos serão encaminhados ao Relator.